



A Samoa, um estado soberano da Polinésia, é constituída pela parte ocidental das Ilhas Samoa, no sul do oceano Pacífico. O país obteve a independência da Nova Zelândia em 1962 e foi admitido nas Nações Unidas em 1976. As duas principais ilhas são Upolu e Savai'i. A capital, bem como o aeroporto internacional, situa-se em Upolu. Savai'i é uma das maiores ilhas da Polinésia.

## DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição descreve a Samoa como uma democracia parlamentar sem religião estatal, embora o preâmbulo da Constituição descreva o país como “um estado independente baseado nos princípios cristãos e nos costumes e tradições da Samoa”.<sup>[1]</sup> A Constituição permite o direito de uma pessoa escolher, praticar ou mudar a sua religião. Contudo, foi afirmado no Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2014 do Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho que os líderes das aldeias na Samoa continuavam a pressionar as pessoas para que participem nos grupos religiosos cristãos à semelhança da maioria dos aldeões. Apesar desta alegação, a Constituição afirma que ninguém pode

ser forçado a frequentar aulas de instrução religiosa numa religião que não seja a sua. E não há relatos de medidas governamentais significativas que afetem a liberdade religiosa.

## INCIDENTES

Em maio de 2014, um comitê parlamentar na Samoa decidiu não alterar o artigo constitucional sobre a liberdade religiosa tal como recomendado por uma Comissão de Inquérito de 2010 e pelo subsequente relatório de 2012 da Comissão de Reforma da Lei da Samoa (SLRC na sigla inglesa). Foi também decidido que as preocupações com o excesso de poder dos conselhos de aldeia sobre as questões religiosas e o estabelecimento de novas igrejas deveriam ser abordados, embora não tivesse ficado claro se as alterações seriam passadas a lei neste caso. Uma política para tornar obrigatória a instrução cristã nas escolas primárias públicas e opcional nas escolas secundárias públicas foi aprovada pelo Governo em 2014.

A maioria dos habitantes da Samoa são cristãos, maioritariamente seguidores de denominações protestantes, embora a porcentagem total de católicos seja calculada em 19%. A comunidade não cristã é relativamente reduzida, embora não haja números oficiais. Sobretudo em Ápia, há alegadamente pequenos grupos de hindus, budistas, muçulmanos e judeus, e os membros da fé bahá'í têm um grande centro de oração. As crenças autóctones, pré-cristãs nos espíritos ancestrais ainda existem, mas não são professadas abertamente pelos locais.

[1] [www.parliament.gov.ws/index.php/14-the-parliament-of-samoa-contents/90-constitution-of-the-independent-state-of-samoa](http://www.parliament.gov.ws/index.php/14-the-parliament-of-samoa-contents/90-constitution-of-the-independent-state-of-samoa)

Os grupos religiosos não são obrigados a registrar a sua organização e a cada grupo é dada a liberdade de estabelecer as suas próprias escolas. Para desgosto de alguns grupos religiosos não cristãos, os líderes sociais proeminentes destacaram alegadamente repetidas vezes em público que a Samoa é cristã e em discussões públicas as questões religiosas incluíram por vezes referências negativas a outras crenças. Tradicionalmente, os líderes das aldeias não têm sido receptivos aos que desafiam a denominação aceite na comunidade. A violação das normas da aldeia, que por vezes incluiu a proibição de frequentar igrejas fora da aldeia, pode resultar em multas ou até proibições.

## **PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA**

---

Os cidadãos da Samoa enfrentam um elevado nível de observância religiosa e pressão social ao nível local para participar em serviços religiosos e apoiar financeiramente os líderes e os projetos religiosos. Em alguns casos, as contribuições financeiras das famílias podem chegar a mais de 30% do seu rendimento. Isto resultou na atenção da comunicação social e teve como consequência a Comissão de Inquérito de 2010 e o subsequente relatório de 2012 da Comissão de Reforma da Lei da Samoa, embora não pareçam ter ocorrido mudanças para abordar esta preocupação.